

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.849 - MT (2018/0139116-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANCO CARGILL S/A**  
**ADVOGADOS : DOMINGOS FERNANDO REFINETTI - SP046095**  
**MAYRA SIMIONI APARECIDO SERRA - SP271436**  
**GUILHERME GASPARI COELHO - SP271234**  
**LUCAS LEVADA POZZANI - SP345284**  
**CAMILA CORDEIRO GONCALVES MANSO - SP356152**  
**JULIANA GARCIA GEREVINI MARTINS - SP198214**  
**AGRAVADO : RODORAPIDO TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO FRANGE JÚNIOR E OUTRO(S) - MT006218**  
**ROSANE SANTOS DA SILVA - MT017087**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por BANCO CARGILL S/A, em face de decisão monocrática de fls. 319/323 (e-STJ), de lavra deste signatário, a qual negou provimento ao recurso especial, com fundamento no enunciado contido na Súmula 83/STJ.

Inconformado, o insurgente interpõe o presente agravo interno (fls. 326/332, e-STJ), no qual refuta a incidência do referido verbete sumular. Sustenta, com amparo em orientação jurisprudencial recente firmada por esta Colenda Corte a inaplicabilidade das teses consolidadas nos Recursos Especiais 1.704.520/MT e 1.696.396/MT, julgados sob a sistemática dos recursos repetitivos, às questões interlocutórias deduzidas nos autos de ação de recuperação judicial.

Por fim, pleiteia a reconsideração da decisão agravada e, sucessivamente, o julgamento do apelo pelo órgão colegiado.

Impugnação às fls. 338/341 (e-STJ).

Ante a argumentação deduzida pela parte recorrente, **reconsidero a decisão monocrática proferida às fls. 319/323 (e-STJ)**, tornando-a sem efeito, e passo a novo exame da pretensão deduzida na presente demanda.

Cuida-se de recurso especial, interposto por BANCO CARGILL S/A, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fls. 174/181, e-STJ):

RECURSO DE AGRAVO INTERNO - RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO – ART. 1.015, CPC – ROL TAXATIVO – INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA E/OU ANALÓGICA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1.015 – IMPOSSIBILIDADE – AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL – INOCORRÊNCIA – PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO DE INSTRUMENTO QUE POSSIBILITA A IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Não identificado desacerto na decisão agravada, deve esta ser mantida.

O rol previsto no art. 1.015 do CPC é taxativo, inclusive quanto às hipóteses estabelecidas no seu parágrafo único, sendo incabível a

# Superior Tribunal de Justiça

interpretação ampliativa ou analógica, de forma que não é admissível o recurso de agravo de instrumento fora das hipóteses taxativas previstas nos incisos e no parágrafo único do art. 1.015 do CPC.

O não conhecimento de Recurso de Agravo de Instrumento por ofensa ao art. 1.015 do CPC não afronta ao princípio do devido processo legal, nem ofensa ao contraditório e a ampla defesa, eis que o fato de não ser cabível Recurso de Apelação não torna a decisão irrecorrível, porquanto há instrumento previsto no ordenamento jurídico para pleitear a impugnação de decisões que não se enquadram nas hipóteses do art. 1.015, do CPC.

Nas razões do recurso especial, amparado nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional (fls. 189/207, e-STJ), o recorrente aponta violação ao art. 1.015, parágrafo único, do NCPC e dissenso pretoriano. Sustenta, em suma, o cabimento do recurso de Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória proferida por magistrado de primeiro grau de jurisdição, em sede de recuperação judicial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 232/238 (e-STJ) e, após decisão de admissão do recurso especial (fls. 239/240, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte Superior de Justiça.

Por decisão monocrática de fls. 296/297 (e-STJ), da lavra deste signatário, foi determinada a devolução dos autos à origem, a fim de que o recurso especial subjacente permanecesse suspenso até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o Tema 988, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/15 e, após, fosse observada a sistemática prevista nos artigos 1.040 e 1.041 do CPC/15.

Após pronunciamento do Tribunal *a quo* (fls. 314/316, e-STJ), tornaram-se os autos conclusos a este signatário.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. Segundo o entendimento jurisprudencial firmada por esta Colenda Corte, "o microsistema recuperacional e falimentar foi pensado em espectro lógico e sistemático peculiar, com previsão de uma sucessão de atos, em que a celeridade e a efetividade se impõem, com prazos próprios e específicos, que, via de regra, devem ser breves, peremptórios, inadiáveis e, por conseguinte, contínuos, sob pena de vulnerar a racionalidade e a unidade do sistema" (REsp 1.699.528/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/06/2018)

Por conseguinte, compreende este Colendo Tribunal que as hipóteses de cabimento do recurso de agravo (art. 1.015, do CPC/15) não podem ser interpretadas de maneira restritiva aos processos disciplinados pela Lei 11.101/05.

Neste sentido:

**RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESARIAL. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA. SISTEMA RECURSAL PRÓPRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO SUPLETIVA. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir se é cabível a interposição de

agravo de instrumento contra decisão proferida após a sentença de habilitação de crédito, para a qual a LREF não prevê recurso específico.

3. A Lei nº 11.101/2005 tem normas de direito material e processual, instituindo um regime recursal próprio. Esse regramento não é exaustivo, prevendo a lei a aplicação supletiva do Código de Processo Civil quando for cabível.

4. Nas hipóteses em que a lei especial apontar o recurso próprio, esse é o que deve ser utilizado, somente se cogitando da incidência das normas adjetivas se não houver previsão expressa do remédio aplicável.

5. As questões interlocutórias proferidas durante o processamento da recuperação judicial e da falência (e que não se enquadram nos incisos do artigo 1.015 do CPC/2015) não terão oportunidade de revisão em eventual apelação, como prevê o art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

6. Na forma como a Lei de Recuperação de Empresas e Falência está estruturada, é necessário que as decisões interlocutórias sejam decididas desde logo. A recuperação judicial não é um processo em que há uma sucessão ordenada de atos que termina na sentença. A recuperação judicial busca coordenar o interesse dos credores e do devedor, a partir da realização de diversos atos paralelos, que ao final serão alinhados para possibilitar a votação do plano e sua eventual aprovação ou a decretação da quebra. As questões surgidas nas fases postulatória e deliberativa não podem aguardar a sentença de encerramento.

7. O legislador elencou outras situações em que, como no caso da recuperação judicial e falência, não será possível a revisão de questões interlocutórias em futura apelação, admitindo sua impugnação por agravo de instrumento, norma que deve ser aplicada por interpretação extensiva aos processos de recuperação e falência.

8. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1786524/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 29/04/2019)

**RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SISTEMA RECURSAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E RENOVAÇÃO BENEFÍCIO PRODEIC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. ART. 1.015, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. POSSIBILIDADE.**

1. O Código de Processo Civil, na qualidade de lei geral, é, ainda que de forma subsidiária, a norma a espelhar o processo e o procedimento no direito pátrio, sendo normativo suplementar aos demais institutos do ordenamento. O novel diploma, aliás, é categórico em afirmar que "permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, às quais se aplicará supletivamente este Código" (art. 1.046, § 2º).

2. A Lei de Recuperação e Falência previu sistema recursal próprio, prevendo, para diversas situações específicas, o recurso adequado a desafiar o correspondente ato judicial. Estabeleceu, ainda, em seu art. 189, que, "no que couber", haverá aplicação supletiva da lei adjetiva geral.

3. Com relação aos recursos, por sua característica estritamente processual, assim como pela ausência de vedação específica na Lei nº

11.101/2005, deve incidir o novo diploma processual, seja para suprimimento, seja para complementação e disciplinamento de lacunas e omissões, desde que, por óbvio, não conflite com a lei especial. Deveras, verifica-se que a lei especial não se ocupou de situações que, por sua natureza e relevância, devam ser passíveis de contradita por meio de recurso.

**4. O rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015 não afasta a incidência das hipóteses previstas na LREF, pois o próprio inciso XIII estabelece o cabimento do agravo de instrumento nos "outros casos expressamente referidos em lei". Havendo disposição expressa da Lei de Recuperação de Empresas e Falência, essa prevalecerá sobre o numerus clausus do dispositivo do CPC, de modo que a aplicação desse Código será apenas para suprimimento de lacunas e omissões. Por outro lado, se o provimento judicial, no âmbito falimentar/recuperacional, enquadrar-se em uma das hipóteses do rol do diploma processual, será também possível o manejo do agravo de instrumento.**

**5. Nas decisões interlocutórias sem previsão específica de recurso, incidirá o parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015, justamente porque, em razão das características próprias do processo falimentar e recuperacional, haverá tipificação com a ratio do dispositivo - falta de interesse/utilidade de revisão da decisão apenas no momento do julgamento da apelação -, permitindo a impugnação imediata dos provimentos judiciais.**

**6. Assim como se dá nos procedimentos previstos no parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015, as decisões de maior relevância na recuperação judicial e na falência são tomadas antes da sentença propriamente dita, que, via de regra, se limita a reconhecer fatos e atos processuais firmados anteriormente. Consequentemente, aguardar a análise pelo Tribunal, apenas em sede de apelação, equivaleria à irrecorribilidade prática da interlocutória, devendo incidir a interpretação extensiva do dispositivo em comento.**

**7. Além disso, a natureza também processual (de execução coletiva e negocial) da LREF justifica a interpretação do parágrafo único do art. 1.015 no CPC (ou dos incisos do caput do art. 1.015) no sentido de estender a interposição do recurso de agravo de instrumento às decisões que envolvam matérias dos regimes falimentar e recuperatório.**

**8. Na hipótese, o magistrado de piso indeferiu os pleitos das recuperandas quanto à renovação do benefício fiscal (PRODEIC) e determinou que elas efetuassem o imediato depósito de 40% dos honorários do administrador judicial, sob pena de convolação da recuperação em falência. Portanto, tal decisão desafia o recurso de agravo de instrumento, na forma do artigo 203, §2º, do CPC.**

**9. Recurso especial provido.**

(REsp 1722866/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 19/10/2018)

**2. No caso em análise, contra a decisão que não conheceu do agravo de instrumento (art. 1.015, do CPC/15), com amparo na taxatividade das hipóteses de cabimento daquele recurso (fls. 113/115, e-STJ), foi interposto recurso de agravo interno pelo ora insurgente, ao qual fora negado provimento pelo Tribunal *a quo*, nos seguintes termos (fls. 178/180, e-STJ):**

Trata-se, AGRAVO INTERNO (id. 810261) interposto por

# Superior Tribunal de Justiça

BANCO CARGILL S.A., contra decisão que não conheceu o Recurso de Agravo de Instrumento nº 1005020-79.2017.811.0000.

O agravo interno é via recursal contra decisão monocrática proferida pelo relator, nos termos do 1.021 do NCPC. Veja-se:

"Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal."

Pois Bem.

O agravante não trouxe argumentos suficientes que convençam a reforma da decisão.

Muito embora exista entendimento na jurisprudência acerca da possibilidade de ampliação do rol previsto no art. 1.015 do CPC, filio-me à corrente que entende pela taxatividade, inclusive quanto às hipóteses estabelecidas no seu parágrafo único, de forma que é incabível a interpretação ampliativa ou analógica, conforme alias bem apontado na decisão agravada:

(...)

Registro que não há afronta ao princípio do devido processo legal, nem ofensa ao contraditório e a ampla defesa, eis que o fato de não ser cabível Recurso de Apelação não torna a decisão irrecurável, porquanto há instrumento previsto no ordenamento jurídico para pleitear a impugnação de decisões que não se enquadram nas hipóteses do art. 1.015 do CPC.

Assim sendo, ante o descompasso entre o entendimento firmado pelo Tribunal *a quo* e a orientação jurisprudencial adotada por esta Colenda Corte sobre a matéria, é de rigor o provimento do apelo especial.

**3. Ante o exposto, dou provimento ao agravo interno** para, reconsiderado a decisão monocrática proferida às fls. 319/323 (e-STJ), torná-la nula. Prosseguindo à análise do feito, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, **dou provimento ao recurso especial**, para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que exerça o processamento e julgamento do recurso de agravo de instrumento (art. 1.015, do CPC/15), objeto da presente controvérsia, observados os fundamentos supracitados.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator